

CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL: Os efeitos inflacionários nas demonstrações financeiras.

Leonardo Augusto Silva Oliveira
leosilvaoliveira@hotmail.com
AEDB

Leonardo Judice Maximiano Alves
leonardo.alves@saint-gobain.com
AEDB

Resumo: Com a extinção da Correção Monetária Integral (CMI) em 1995, as empresas deixaram de reconhecer os efeitos inflacionários nas demonstrações financeiras. Mesmo com a inflação em índices mais moderados, as informações publicadas apresentam distorções. A empresa analisada foi a AMBEV S.A. e suas demonstrações financeiras foram extraídas em seu website. A pesquisa demonstra a evolução histórica da CMI e como sua não adoção pode trazer e acarretar consequências para as empresas. Estas distorções poderiam ser amenizadas utilizando a Correção Monetária Integral visto que demonstra o efeito da inflação em todas as contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, trazendo informações mais próximas da situação real da organização. Em seguida são apresentados os índices medidores inflacionários do Brasil: IGP-M (FGV), IGP-DI (FGV), INPC (IGBE), IPC-A (IBGE) e IPC-SP (FIPE) e seu impacto nas demonstrações publicadas sem correção, conforme a legislação societária determina. Com advento da Lei n. 9249/95 que proíbe a utilização de qualquer correção nas demonstrações financeiras, a Comissão de Valores Mobiliários em seu Parecer de Orientação nº 29 de 1996, orienta que as empresas ainda publiquem de forma complementar o efeito inflacionário em seus demonstrativos. Devido a esta orientação da CVM, foi realizado a CMI nas demonstrações financeiras publicadas da AMBEV S.A. disponibilizadas em seu website. As distorções das demonstrações contábeis chegaram a R\$ 23.953,17 milhões de reais pelo índice IPC-A (IBGE) e é equivalente a 38% acumulado dos anos de 2010 a 2015. Considerando 2015 cuja inflação alcançou 11%

ao ano, esta distorção diminuiu em 66% no lucro do período. Conclui-se que a adoção da CMI, tanto para fins societários quanto gerenciais é relevante e trouxe impactos significativos nos resultados da organização, e como a inflação tem impactado o lucro das empresas brasileiras e o seu não reconhecimento pode afetar os lucros e riqueza dos acionistas.

Palavras Chave: Correção Monetária - Inflação - Demonstrações Financeiras - -

1. INTRODUÇÃO

Munhoz (1997) registra que o Brasil ao entrar na década de 80, já havia acumulado uma das mais longas experiências de instabilidade monetária da economia mundial. Exemplifica que em 1988 o Brasil chegou ao patamar de 1.037,6% de inflação acumulada e ainda registraria ao final de 1989, uma variação global de 1.800 %, tendo inflação de 50% em um único mês – Dezembro de 1989.

Com níveis elevados de inflação, a informação contábil sofreria grandes distorções, conforme Schwartzman (2017):

Inflação é o aumento geral e persistente dos preços. Estas duas características são cruciais. Se apenas uns poucos preços aumentam, enquanto os demais permanecem estáveis, não há como caracterizar um processo inflacionário, ainda que o índice de preços mostre valores positivos.

Estas variações na economia se tornavam a cada dia um desafio para o profissional contábil, que deveria mensurar os bens, direitos e obrigações de organizações em um ambiente tão volátil.

A Correção Monetária Integral foi criada visando a amenizar a distorção causada pela inflação nas demonstrações financeiras, cujo mecanismo consiste em corrigir os efeitos inflacionários em cada conta do Balanço Patrimonial (BP) que é afetada pela inflação. (BENADIBA, 2006).

O Plano Real foi à décima terceira tentativa de estabilização da moeda no Brasil desde o segundo choque do petróleo, a crise de 1979. O Plano Real criado pelo recém-ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, do governo de Itamar Franco. O plano adotou uma combinação flexível de câmbio, preços público e monetário, que valorizou o Real e chegou a comprar um dólar com 92 centavos de Real em julho de 1994. (PEREIRA, 1994)

Contudo a utilização da Correção Monetária Integral perdeu fôlego à medida que o processo hiperinflacionário foi contido no país, que alcançou conforme a tabela do IPCA, 44% em maio de 1994, mas após o lançamento do Plano Real, que estabilizou a economia e fortaleceu a moeda que chegou a 2,86% em novembro de 1994.

SANT'ANNA (2011) conceitua:

A análise de Balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de Balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

Com isso, Hoffmann (2004) conclui que com a extinção da correção monetária, os métodos de atualização de valores simplesmente desapareceram das demonstrações contábeis, deixando um vazio nas informações que gerou uma defasagem nas informações fornecidas a partir de 01/01/1996.

A metodologia de correção monetária no Brasil foi considerada uma das maiores contribuições para a contabilidade global, devido à forma de reconhecimento da inflação nas demonstrações financeiras. (PINTO, 2012)

Pinto (2012) comenta que a Metodologia de Correção Monetária Integral foi reconhecida em 1989 pelo grupo de especialistas da ONU – ISAR (*Intergovernmental*

Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting) como a melhor metodologia de reconhecimento dos efeitos inflacionários, superando tecnicamente os modelos adotados por países desenvolvidos.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo Ribeiro (2015, p. 399) a utilização da correção monetária nas demonstrações financeiras, instituída pela Lei n. 6.404/1976 em seu artigo 185º, descrevia a utilização da atualização das contas do Ativo Não Circulante e do Patrimônio Líquido, visando a demonstrar os efeitos da inflação sobre o patrimônio da empresa e seus resultados durante o exercício social.

A atualização monetária é utilizada em diversos meios, como por exemplo, em ações judiciais, empréstimos, financiamentos, entre outros. Utilizar a atualização da moeda é imprescindível, visto que a moeda sofre alterações no decorrer do tempo.

Porém a utilização da correção monetária foi revogada pela Lei n. 9.249 de 26/12/1995, em seu artigo 4º, sendo impedida, a partir de 01/01/1996, a utilização de qualquer metodologia de correção nas demonstrações financeiras. (RIBEIRO, 2015, p.399).

Rezende (2009 apud Santos, 2002) demonstra que há pesquisas de campo na contabilidade brasileira e que vêm demonstrando que nas últimas décadas, a não utilização da correção monetária sobre as demonstrações financeiras pode ocasionar consequências danosas ao seu uso. Continuando, destaca a pesquisa em 16 grandes empresas que publicaram seus Balanços entre 1996 a 1998, e confirma que com o fim da obrigatoriedade da utilização da correção monetária, as distorções vão de -2,3% até 791% sobre os resultados publicados.

Em ambiente inflacionário, as demonstrações contábeis, quando ilustradas com base em seu valor de aquisição, não conseguem transmitir a dinâmica do ambiente externo, o que acaba proporcionando perda de sua relevância e comparabilidade. (REZENDE, GUERREIRO E DALMACIO, 2012)

Silva (2012) completa:

Embora o Brasil, atualmente, registre uma inflação anual relativamente baixa, se comparada aos níveis relatados entre os anos de 1987 e 1994, ainda assim, ela é expressiva, principalmente em análises cujo horizonte temporal é maior, logo, mesmo que para a geração de informação para os usuários externos a atualização monetária das demonstrações financeiras não seja possível, acredita-se que, os usuários internos cientes de sua importância, o façam.

De acordo com Santos e Ribeiro (2014, apud Wald, Simonsen e Chacel, 1970) a inflação gerava três distorções nas demonstrações contábeis: subavaliação dos ativos imobilizados, uma vez que seus valores estavam contabilizados em um período passado; insuficiência nas depreciações, já que era calculada no custo histórico dos equipamentos e instalações; e as gerações de lucros ilusórios, devido à inflação, estes valores se encontravam desatualizados.

2.1. INFLAÇÃO

Entre a década de 1950 até 1964 o Brasil teve um crescimento exponencial de inflação, que saiu de 15% anuais para mais 90% anuais. Este crescimento da inflação se iniciou no final do governo de Kubitschek (1956 a 1961) devido à expansão da demanda e se

agravou no governo de Goulard (1961 a 1964) por sua generosidade na política de salários. (SIMONSEN, 1985).

Europeu (2017) conceitua:

Numa economia de mercado, os preços dos bens e serviços podem sempre mudar. Alguns preços sobem, outros descem. Fala-se de inflação quando se verifica um aumento geral dos preços dos bens e serviços e não quando apenas os preços de artigos específicos sobem.

Girardi (2016) define inflação sendo um aumento generalizado e contínuo dos preços. Ocorrendo em todos os setores da sociedade, sem distinções e ao mesmo tempo. Sucendendo-se de forma contínua por um período de tempo, não sendo apenas um aumento decorrente do excesso de procura.

Neste contexto, a inflação pode ser entendida como a desvalorização do poder aquisitivo, pois com o passar do tempo o dinheiro perde seu valor e comparando com anos anteriores, não seria possível comprar o mesmo bem pela mesma quantia, pois o valor da moeda diminuiu.

Fernandes et al. (2004) explica que em 1994, surge o Plano Real, com uma promessa de estabelecer um controle inflacionário que por consequência derrubava o poder de aquisição da população e “emperrava” a indústria com incertezas de realizar investimentos.

Em toda a história brasileira, são vários os momentos em que a inflação alcançava níveis altos. Foram criadas diversas políticas para o combate e controle da inflação e a contabilidade se importando com esta influência na vida das pessoas e das entidades, tratou de alinhar seus efeitos na criação de relatórios, refletindo da melhor forma a realidade da empresa, sem deixar de lado seus princípios. (NUNES; ALMEIDA; MARQUES, 2004).

2.2. CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.2.1. Conceito

De acordo com Rezende (2009) ao final da década de 20, em decorrência do incentivo do governo na industrialização, foi classificado, por diversos historiadores brasileiros, como um dos principais motivos introdutórios para o processo inflacionário.

Em decorrência da inflação e seus efeitos podemos verificar que esta perda do valor da moeda pode trazer certas alterações nos valores demonstrados. Devido a este fato, por meio da Lei n. 6.404/76 foi criada a atualização dos saldos das contas do Ativo Não Circulante (ANC) exceto a conta de Ativo Realizável a Longo Prazo e do Patrimônio Líquido (PL), visando a demonstrar e amenizar essas distorções através da utilização da correção monetária, também conhecido como Método Legal. (RIBEIRO, 2015)

2.3. CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL

2.3.1. Conceito

Conforme Gonçalves (1996) “Através da Instrução CVM n. 64 de 1987, a Comissão de Valores Mobiliários introduz, no âmbito de mercado de capitais, a Correção Monetária Integral das Demonstrações Financeiras”.

A Correção Monetária Integral foi criada visando a abranger o que a Correção Monetária (Método Legal) não fez, que foi o reconhecimento das perdas referente ao poder aquisitivo da moeda (inflação), em todas as contas utilizadas na contabilidade.

Benadiba (2006) descreve a principal finalidade da Correção Monetária Integral como a ferramenta que conseguia demonstrar em moeda única todos os componentes da contabilidade, além de demonstrar o efeito da inflação em cada conta. Para gerar essas informações, são necessários que se adote um índice que reflita a variação da moeda e através deste serão atualizados os saldos contábeis, reconhecendo seu efeito no resultado da empresa.

2.3.2. Indexadores

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) é uma medida síntese da inflação nacional. Começou a ser divulgado em 1947, embora sua série histórica retroaja a 1944. De início, resultava da média aritmética simples entre o IPA e o IPC. A partir de 1950, passou a contar com mais um componente, o índice de custo da construção (ICC). Nessa época, as pesquisas de preços do ICC e do IPC cobriam apenas a cidade do Rio de Janeiro. (FGV, 2017)

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) tem como base metodológica a estrutura do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI), resultando da média ponderada de três índices de preços: o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M). (FGV, 2017)

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) a população-objetivo do INPC abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 5 (cinco) salários-mínimos, cuja pessoa de referência é assalariado em sua ocupação principal e residente nas áreas urbanas das regiões. (IBGE, 2017)

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A) abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões. (IBGE, 2017)

IPC-SP (FIPE) O índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo é o mais tradicional indicador da evolução do custo de vida das famílias paulistanas e um dos mais antigos do Brasil. Começou a ser calculado em janeiro de 1939 pela Divisão de Estatística e Documentação da Prefeitura do Município de São Paulo. Em 1968, a responsabilidade do cálculo foi transferida para o Instituto de Pesquisas Econômicas, vinculado ao Departamento de Economia da USP e, posteriormente em 1973, com a criação da FIPE, passou para esta instituição. Ele estima as variações do custo de vida das famílias com renda familiar entre 1 e 10 salários mínimos. (FIPE, 2017)

A escolha do indexador deverá ser o índice que melhor represente a inflação oficial brasileira e deve ser adotado como padrão para todas as empresas, obtendo assim uma uniformidade nos cálculos das contas a serem corrigidas. (RIBEIRO, 2015).

2.4. CONTABILIDADE GERENCIAL E FINANCEIRA

Sant'anna (2011) conceitua a contabilidade gerencial como a estrutura de objetivos econômicos e sociais que cercam a entidade e a contabilidade financeira se define voltada para a obtenção de lucros por meio da venda de bens e serviços.

Já Barth (2012), defende que a contabilidade gerencial é a principal ferramenta da administração no planejamento organizacional, pois produz as informações realmente necessárias e úteis.

As empresas devem se atentar ao ritmo de vendas e minimizar seus custos, e as escolhas tomadas a partir desses princípios evidenciarão as alternativas de investimentos mais benéficas para seus interessados. (SANT'ANNA, 2011 apud NETO, 2000).

Oliveira, Silva e Zuccari (2010) conceituam os usuários da informação contábil como:

Sob a ótica contábil, usuários são as pessoas físicas, jurídicas, órgãos governamentais e demais entidades, que utilizam a Contabilidade para obter informações, se interessam pela situação da empresa e buscam nos instrumentos contábeis suas respostas.

Barth (2012, apud Warren, et al 2001) refere-se às demonstrações financeiras como destinadas a usuários externos e da administração, são objetivas e preparadas de acordo com os princípios da Contabilidade, periodicamente. Os relatórios gerenciais são criados exclusivamente para a administração, podendo ser objetivo ou subjetivo e serão preparados conforme a necessidade gerencial.

O mais importante em termos gerenciais é conceder aos acionistas e investidores a situação real das organizações, e para que isto aconteça deveria ser implantado o uso da correção monetária, se possível à correção integral ou de alguma forma mais simples, o uso da correção monetária do Balanço, pelo menos. (VICENTE; BONIZIO; NAKAO, 2001).

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Pegoraro et al. (2011 apud GIL, 2006) conceitua esta pesquisa como Descritiva, uma vez que consiste num estudo profundo de um ou poucos objetos, de modo a permitir seu amplo e detalhado conhecimento.

O desenvolvimento da monografia se deu na busca pelas demonstrações financeiras da empresa AMBEV S.A., disponíveis em seu próprio *website*, referente aos anos de 2010 a 2015, considerando de forma simplificada seu Balanço Patrimonial (BP) e sua Demonstração dos Resultados do Exercício (DRE).

A técnica utilizada para a correção monetária das demonstrações financeiras foi a Correção Monetária Integral (CMI) e foram utilizadas para a correção as taxas acumuladas anuais dos índices: IGP-M (FVG), IGP-DI (FGV), INPC (IBGE), IPC-A (IBGE) e IPC-SP (FIPE).

Como uma limitação quanto ao desenvolvimento da Correção Monetária Integral nesta monografia, foi o fato de não possuir dados suficientes, ou seja, as datas em que ocorreram os fatos contábeis, o período de recebimento das vendas a prazo, prazo de pagamento das contas Fornecedor, Empréstimos, Financiamentos, Depreciação entre outros. Com isso, não foi possível realizar o ajuste ao valor presente nas mesmas. Para fins acadêmicos, foi considerado um prazo de 30 dias tanto para os pagamentos, quanto para os recebimentos, com isso não sendo necessário realizar o ajuste ao valor presente. Também pelo fato de não conhecer estas datas, não foi possível utilizar a taxa diária para a correção, diante disto, foi utilizado a taxa anual acumulada de cada um dos índices.

Após estas considerações, foi tabulada em planilhas do *software* Microsoft Office Excel o Balanço inicial, os índices e foi feita a correção dos grupos de contas do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração dos Resultados do Exercício (DRE).

Pela metodologia da Correção Monetária Integral as contas de Ativo e de Receita, quando corrigidas acarretam uma perda inflacionária, visto que esse bem, direito ou ganho mensurado em moeda inflacionada, tem seu poder aquisitivo corroído pela inflação. No caso do Passivo, PL e Despesas ocorre ao contrário, o gasto ou a obrigação foi mensurado sem a influência da inflação, neste caso essa mesma obrigação ou despesa foi menor do que se considerasse a inflação, como um ganho inflacionário.

3.1. ESTUDOS ANTERIORES

Dentre os estudos anteriores que possuem como objetivo à avaliação das distorções causadas pela inflação nas demonstrações contábeis, tem-se o de Pegoraro et al. (2011) onde foi aplicado conforme a legislação brasileira a Correção Monetária de Balanços em uma empresa comercial de 1996 a 2009, utilizando o índice IGP-M. Pode-se constatar diferenças significativas nas demonstrações financeiras publicadas e demonstrou como a falta da metodologia da Correção Monetária distorce as informações.

O estudo de Oliveira, Marques e Canan (2007) demonstrou como a correção monetária de balanços afetou as demonstrações financeiras da entidade Serviço Social da Indústria – SESI nos anos de 1996 a 2006. Conforme os autores: “Por intermédio do estudo pode-se observar que as demonstrações contábeis do SESI foram afetadas significativamente pela não incidência da correção monetária de balanço”.

Pinto (2012) analisa as empresas do setor de mineração brasileiro, no período de 2006 a 2011 comparando os indicadores de lucros, patrimônio líquido e rentabilidade sobre o patrimônio. Após a correção monetária constatou-se que a prática da correção monetária, tanto para níveis societários quanto gerenciais é relevante, pois reconhece os efeitos inflacionários nas informações contábeis.

Ambrozine (2006) analisou todas as empresas não financeiras de capital aberto listadas na Bolsa de Valores de São Paulo de 1996 a 2004 e demonstra que desconsiderar os efeitos inflacionários distorceu os lucros das 255 empresas de amostra. O não reconhecimento de um método que mensure a inflação nas demonstrações financeiras afetou principalmente o lucro das empresas e com isso afetando sua distribuição e a riqueza de seus acionistas.

O modelo apresentado por Pegoraro et al. (2011) demonstra os efeitos inflacionários pelo índice IGP-M na correção monetária de balanços. Nesta pesquisa utilizou-se a mesma estrutura que é apresentada pelos autores, agrupar as contas do Balanço Patrimonial em AC, ANC, PC, PNC e PL. Ao invés do índice adotado pelos autores que foi o IGP-M, foram utilizados os principais índices para realizar a correção monetária (IGP-M, IGP-DI, INPC, IPC-A e o IPC-SP), visto que nestas circunstâncias seria possível até mesmo verificar como a escolha do índice influência os resultados obtidos. Nesta pesquisa foi utilizada a metodologia da Correção Monetária Integral, uma vez que em comparação com a Correção Monetária de Balanços, são atualizadas todas as contas patrimoniais e de resultado, demonstrando como a inflação influencia toda a organização e não somente o ANC e o PL como na Correção Monetária de Balanços.

3.2. BALANÇO PATRIMONIAL (BP) E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

Na Tabela 1 apresentam-se os dados retirados das demonstrações financeiras do período de 2010 a 2015, divulgadas no *website* da empresa para que seja feita a Correção Monetária Integral.

Tabela 1 – Valores constantes do Balanço Patrimonial da empresa AMBEV S.A. antes da Correção Monetária Integral. Valores em Milhões de Reais.

AmBev							
Ano	Total do ativo	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do passivo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido
2010	42.678,20	12.910,90	29.767,30	42.678,20	10.554,70	7.558,60	24.564,90
2011	46.139,40	14.679,50	31.459,90	46.139,40	14.407,90	5.902,70	25.828,80
2012	61.832,90	16.305,90	45.527,00	61.832,90	15.527,30	9.036,60	37.269,00
2013	69.085,20	20.809,10	48.276,10	69.085,20	17.352,70	7.507,80	44.224,70
2014	72.143,20	20.728,40	51.414,80	72.143,20	21.824,80	6.673,70	43.644,70
2015	90.176,20	28.314,50	61.861,70	90.176,20	30.141,90	9.700,70	50.333,60

Na Tabela 2 é possível analisar a DRE da AMBEV antes de realizar a Correção Monetária Integral.

Tabela 2 – Valores constantes na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa AMBEV S.A. antes da Correção Monetária Integral. Valores em Milhões de Reais.

AmBev						
Contas	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Receita líquida	25.233,30	27.126,70	32.231,00	35.079,10	38.079,80	46.720,10
(-) CPV	-8.449,00	-8.793,30	-10.459,80	-11.572,50	-12.814,60	-16.061,40
Lucro bruto	16.784,30	18.333,40	21.771,20	23.506,60	25.265,20	30.658,70
(-) Despesas comerciais	-6.038,50	-6.251,00	-7.350,90	-8.059,90	-9.158,70	-11.177,90
(-) Despesas administrativas	-1.196,90	-1.180,60	-1.603,50	-1.748,30	-1.820,00	-2.281,30
Outras receitas operacionais	624,9	784,5	863,4	1.761,70	1.629,20	1.936,00
Lucro operacional	10.173,80	11.686,30	13.680,20	15.460,10	15.915,70	19.135,50
Receitas e (despesas) Especiais	-150,8	23,1	-50,4	-29,2	-89	-357,2
(-) Resultado Financeiro	-319,4	-468,1	-889,7	-1.561,40	-1.475,40	-2.268,20
Participação nos res. de coligadas	0,2	0,5	0,5	11,4	17,4	3,1
(-) Imposto de renda	-2.084,50	-2.522,00	-2.320,10	-2.481,40	-2.006,60	-3.634,20
Lucro líquido	7.619,30	8.719,80	10.420,50	11.399,50	12.362,10	12.879,00

Analisando os dados publicados e divulgados pela companhia AMBEV do período de 2010 a 2015 foi possível identificar que ela não fornece nem ao menos, de maneira complementar, nenhum tipo de informação referente à correção monetária das demonstrações financeiras.

Conforme Pegoraro et al. (2011) explica em sua pesquisa, que quando uma empresa apresenta seu PL superior ao ANC, é porque apresenta lucros superiores ao que efetivamente ocorre, isto porque não se reconheceu a despesa com a correção monetária.

3.3. ANÁLISES DO EFEITO DA CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na tabela 3, a seguir, é possível conferir a taxa acumulada em cada um dos índices com seus respectivos anos de referência.

Tabela 3 – Percentual de inflação dos anos de 2010 a 2015 e seus valores acumulados pelos seus respectivos índices.

Índice	Taxa acumulada Ano a Ano						Acumulada no Período
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
IGP-M	11,32%	5,10%	7,81%	5,53%	3,67%	10,54%	43,98%
IGP-DI	11,31%	5,01%	8,11%	5,53%	3,78%	10,68%	44,42%
INPC	6,47%	6,08%	6,20%	5,56%	6,23%	11,28%	41,81%
IPC-A	5,91%	6,50%	5,84%	5,91%	6,41%	10,67%	41,24%
IPC-SP	6,41%	5,80%	5,11%	3,89%	5,21%	11,08%	37,51%

Com variações de 38% a 44% as informações contábeis podem sofrer distorções, entre elas a distribuição dos lucros, dividendos, impostos. Em 2010, podemos verificar que somente os índices IGP-M e IGP-DI tiveram acúmulo de 11%, os demais índices permaneceram em torno de 6%. Mas em 2015, com a crise política e econômica que o Brasil vivenciou bem como suas divulgações em mídia escrita, é possível observar que todos os índices acumularam mais de 10% de inflação.

Após reconhecer os efeitos da inflação sobre as demonstrações financeiras, de acordo com a tabela a seguir é possível verificar a variação no Resultado do Exercício antes e depois da correção monetária.

Nas tabelas a seguir é possível verificar a variação causada por cada índice ao fazer a Correção Monetária Integral no Balanço Patrimonial (BP) e na Demonstração dos Resultados do Exercício (DRE), e o resultado desta correção.

Tabela 4 – Resultado do Exercício da Cia. AMBEV S.A. após a Correção Monetária Integral pelo índice IGP-M. Valores em Milhões de reais.

Ano	Variação da IGP-M				
	Antes da Correção (R\$)	Corrigido pela IGP-M (R\$)	Variação		
			R\$	%	
2010	R\$ 7.619,30	R\$ 3.489,23	R\$ 4.130,07	54%	
2011	R\$ 8.719,80	R\$ 6.760,74	R\$ 1.959,06	22%	

2012	R\$ 10.420,50	R\$ 6.877,88	R\$ 3.542,62	34%
2013	R\$ 11.399,50	R\$ 8.586,64	R\$ 2.812,86	25%
2014	R\$ 12.362,10	R\$ 10.350,89	R\$ 2.011,21	16%
2015	R\$ 12.879,00	R\$ 5.333,46	R\$ 7.545,54	59%
Acumulado	R\$ 63.400,20	R\$ 41.398,85	R\$ (22.001,35)	-35%

Tabela 5 - Resultado do Exercício da Cia. AMBEV S.A. após a Correção Monetária Integral pelo índice IGP-DI. Valores em Milhões de reais.

Variação da IGP-DI				
Ano	Antes da Correção (R\$)	Corrigido pela IGP-DI (R\$)	Variação	
			R\$	%
2010	R\$ 7.619,30	R\$ 3.495,15	R\$ 4.124,15	54%
2011	R\$ 8.719,80	R\$ 6.805,99	R\$ 1.913,81	22%
2012	R\$ 10.420,50	R\$ 6.250,26	R\$ 4.170,24	40%
2013	R\$ 11.399,50	R\$ 8.496,09	R\$ 2.903,41	25%
2014	R\$ 12.362,10	R\$ 10.566,51	R\$ 1.795,59	15%
2015	R\$ 12.879,00	R\$ 5.237,34	R\$ 7.641,66	59%
Acumulado	R\$ 63.400,20	R\$ 40.851,34	R\$ (22.548,86)	-36%

Tabela 6 - Resultado do Exercício da Cia. AMBEV S.A. após a Correção Monetária Integral pelo índice INPC. Valores em Milhões de reais.

Variação do INPC				
Ano	Antes da Correção (R\$)	Corrigido pela INPC (R\$)	Variação	
			R\$	%
2010	R\$ 7.619,30	R\$ 5.260,91	R\$ 2.358,39	31%
2011	R\$ 8.719,80	R\$ 6.383,30	R\$ 2.336,50	27%
2012	R\$ 10.420,50	R\$ 7.609,88	R\$ 2.810,62	27%
2013	R\$ 11.399,50	R\$ 8.567,81	R\$ 2.831,69	25%
2014	R\$ 12.362,10	R\$ 8.953,46	R\$ 3.408,64	28%
2015	R\$ 12.879,00	R\$ 4.809,73	R\$ 8.069,27	63%
Acumulado	R\$ 63.400,20	R\$ 41.585,08	R\$ (21.815,12)	-34%

Tabela 7 - Resultado do Exercício da Cia. AMBEV S.A. após a Correção Monetária Integral pelo índice IPC-A. Valores em Milhões de reais.

Variação do IPC-A				
Ano	Antes da Correção (R\$)	Corrigido pela IPC-A (R\$)	Variação	
			R\$	%
2010	R\$ 7.619,30	R\$ 4.938,06	R\$ 2.681,24	35%
2011	R\$ 8.719,80	R\$ 5.969,24	R\$ 2.750,56	32%
2012	R\$ 10.420,50	R\$ 7.371,16	R\$ 3.049,34	29%

2013	R\$ 11.399,50	R\$ 8.118,37	R\$ 3.281,13	29%
2014	R\$ 12.362,10	R\$ 8.705,83	R\$ 3.656,27	30%
2015	R\$ 12.879,00	R\$ 4.344,37	R\$ 8.534,63	66%
Acumulado	R\$ 63.400,20	R\$ 39.447,03	R\$ (23.953,17)	-38%

Tabela 8 - Resultado do Exercício da Cia. AMBEV S.A. após a Correção Monetária Integral pelo índice IPC-SP. Valores em Milhões de reais.

Variação do IPC-SP				
Ano	Antes da Correção (R\$)	Corrigido pela IPC-SP (R\$)	Variação	
			R\$	%
2010	R\$ 7.619,30	R\$ 5.279,97	R\$ 2.339,33	31%
2011	R\$ 8.719,80	R\$ 6.489,17	R\$ 2.230,63	26%
2012	R\$ 10.420,50	R\$ 8.102,45	R\$ 2.318,05	22%
2013	R\$ 11.399,50	R\$ 9.418,80	R\$ 1.980,70	17%
2014	R\$ 12.362,10	R\$ 9.512,71	R\$ 2.849,39	23%
2015	R\$ 12.879,00	R\$ 4.950,08	R\$ 7.928,92	62%
Acumulado	R\$ 63.400,20	R\$ 43.753,18	R\$ (19.647,02)	-31%

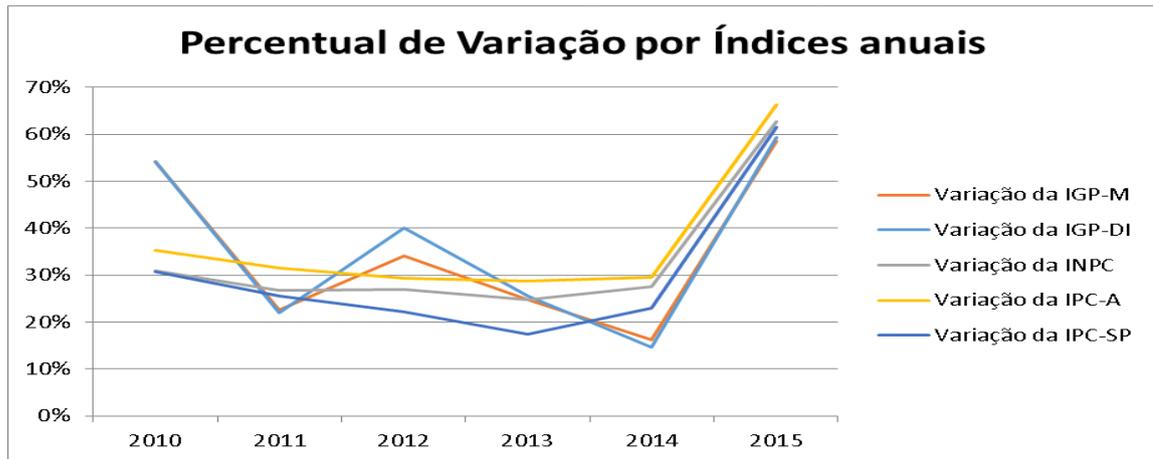
Conforme demonstrado nas Tabelas 3 a 7, a inflação corrói o valor do dinheiro com o passar do tempo. A menor variação anual ficou em 15% em 2014 com o índice IGP-DI (FGV) e a maior ocorreu em 2015 com 66% com o índice IPC-A (IBGE). A menor variação acumulada de 2010 a 2015 foi com o índice IPC-SP (FIPE) alcançando 31% e novamente a maior variação ocorreu com o IPC-A (IBGE), atingindo 38%.

Na tabela a seguir, é exequível comparar o resultado do período com e sem correção monetária. Deste modo evidenciando a importância da utilização da correção monetária nas demonstrações financeiras.

Tabela 9 – Resultado do Período após a Correção Monetária Integral pelos índices IGP-M, IGP-DI, INPC, IPC-A e IPC-SP. Valores em Milhões de reais.

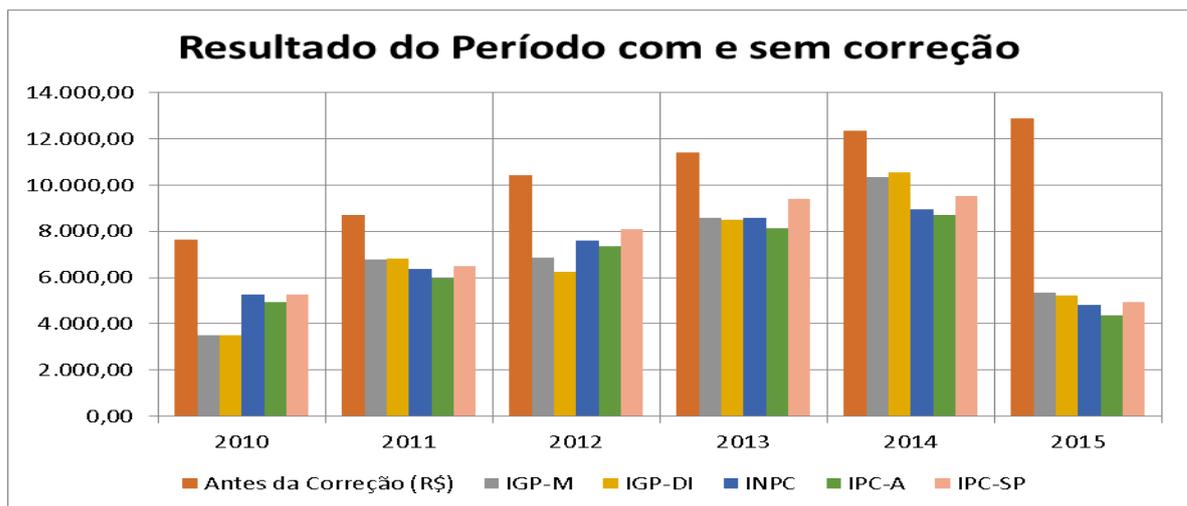
Resultado do Período						
Ano	Antes da Correção (R\$)	Corrigido pela IGP-M (R\$)	Corrigido pela IGP-DI (R\$)	Corrigido pela INPC (R\$)	Corrigido pela IPC-A (R\$)	Corrigido pela IPC-SP (R\$)
2010	7.619,30	3.489,23	3.495,15	5.260,91	4.938,06	5.279,97
2011	8.719,80	6.760,74	6.805,99	6.383,30	5.969,24	6.489,17
2012	10.420,50	6.877,88	6.250,26	7.609,88	7.371,16	8.102,45
2013	11.399,50	8.586,64	8.496,09	8.567,81	8.118,37	9.418,80
2014	12.362,10	10.350,89	10.566,51	8.953,46	8.705,83	9.512,71
2015	12.879,00	5.333,46	5.237,34	4.809,73	4.344,37	4.950,08

Gráfico 1 – Variação dos índices inflacionários entre os anos de 2010 a 2015.



Finalizando com o gráfico a seguir, demonstra-se a influência que a inflação implica sobre as informações fornecidas pela contabilidade.

Gráfico 2 – Resultado do exercício da Cia. AMBEV S.A. com e sem a Correção Monetária Integral, nos anos de 2012 a 2015.



Examinando e comparando a Tabela 8 com o Gráfico 2, é perceptível a distorção causada pela inflação no transcorrer do tempo.

Analisando o Gráfico 2 entende-se como os 10% de inflação registrados em 2015 distorcem as informações. Com os índices IGP-M (FGV) e IGP-DI (FGV) a diferença alcançou 59% que corresponde à aproximadamente R\$ 7.600 milhões de reais em cada um. Os índices INPC (IBGE), IPC-A (IBGE) e IPC-SP (FIPE) alcançaram uma variação no resultado de aproximadamente R\$ 8.300 milhões de reais em cada um dos três índices, que correspondem a 64% de variação no resultado do exercício.

Segundo Martins, Dantas e Vasconcelos (2010):

Nesse sentido, observa-se que o não reconhecimento desse custo inflacionário camuflado nas demonstrações contábeis das empresas pode prejudicar sensivelmente os resultados encontrados em sua análise econômico-financeira.

4. CONCLUSÃO

A Correção Monetária Integral foi criada com o objetivo de reconhecer as perdas referentes ao poder aquisitivo da moeda (inflação), em todas as contas utilizadas na contabilidade.

Utilizando a Correção Monetária Integral, nos períodos de inflação, a empresa conseguia refletir suas demonstrações contábeis, bem como os resultados apurados de forma mais adequada (RIBEIRO, 2015)

A Correção Monetária Integral foi marco tanto para a contabilidade brasileira, quanto para a contabilidade mundial. E após sua extinção por meio da Lei n. 9.249 de 26/12/1995, em seu artigo 4º, sendo impedida, a partir de 01/01/1996, a utilização de qualquer metodologia de correção das demonstrações financeiras, a contabilidade brasileira perdeu uma importante ferramenta gerencial.

Como não foi divulgado pela Cia. AMBEV S/A se ela utiliza algum tipo de correção monetária, deixo como sugestão para trabalhos futuros, verificar se a Cia. AMBEV S/A. utiliza em seu controle interno, alguma forma de correção monetária para sua gestão na contabilidade gerencial.

Um ponto importante refere-se à utilização de diversos índices para realizar a correção monetária. A escolha do índice mais adequado dependerá da necessidade da organização. Cada índice inflacionário utiliza uma metodologia para sua apuração, estes critérios de apuração poderão ser analisados pela organização no momento da escolha de um índice.

Nesta pesquisa foram utilizados os principais índices brasileiros que medem a inflação: IGP-M (FGV), IGP-DI (FGV), IPNC (IBGE), IPC-A (IBGE) e IPC-SP (FIPE). Utilizaram-se tantos índices a fim de mostrar que sua escolha para a correção monetária poderá causar influencias diversas em seu resultado final.

Como o objetivo deste trabalho não é verificar qual é o melhor índice para efetuar a correção monetária. Uma segunda sugestão para trabalhos futuros, pode-se discorrer sobre a escolha da melhor alternativa de índice para a Correção Monetária Integral nas demonstrações financeiras.

Conforme podemos observar na Tabela 7 onde ocorre a maior variação do resultado do exercício, utilizando o índice IPC-A (IBGE) na Correção Monetária Integral e considerando apenas 2015, onde seu lucro era R\$ 12.879 milhões de reais e após a correção, houve uma distorção (perda decorrente da inflação) de R\$ 8.534,63 milhões de reais. Essa distorção equivale a 66% do resultado do período sem correção.

O lucro acumulado sem correção de 2010 a 2015 é de R\$ 63.400,20 milhões de reais e após a correção pelo índice IPC-A (IBGE), foi para R\$ 39.447,03, totalizando uma diferença de R\$ 23.953,17 milhões de reais. Aonde representa uma distorção de 38% no resultado acumulado em 5 anos.

Na Tabela 8 onde foi utilizado o índice IPC-SP (FIPE) ocorre a menor distorção acumulada, aproximadamente 31% e que equivale a uma perda R\$ 19.647,02 milhões de reais acumulados de 2010 a 2015.

Em 2014 temos a menor distorção, de apenas 15% sobre o resultado sem correção. Porém estes mesmos 15% equivalem a R\$ 1.795,59 milhões de reais, um valor que não poderia ser simplesmente ignorado.

Os efeitos inflacionários no resultado causado pela não obrigatoriedade da correção monetária, são danosos à, visto que este valor será utilizado como base para muitos outros fatores e quiçá análises de balanços. Dentre eles pode-se destacar a tributação e a distribuição do lucro. (VICENTE; BONIZIO; NAKAO, 2001).

Diante destes fatos observou-se que além de prejudicial ao que tange a administrar uma empresa, a correção monetária deve ser sempre utilizada, não importando a escolha do índice empregado para a correção e seu percentual. Em todos os períodos e índices analisados, não houve em nenhum dos casos ganhos inflacionários, com isto se destaca a utilização da correção monetária nas demonstrações financeiras, mesmo de forma gerencial.

Novamente é importante ressaltar o que diz no Parecer de Orientação nº 29 de 1996 da CVM em que as Companhias Abertas deveram continuar fazendo a Correção Monetária de forma voluntária a fim de atender às demandas do mercado. Principalmente para obedecer ao CPC 00 (R1), que orienta como as informações contábeis são importantes e devem ser confiáveis e representar fidedignamente a situação da empresa.

A falta de um método legalmente aceito para evidenciar os efeitos inflacionários não gera somente valores distorcidos ou resultados fictícios, mas principalmente que as informações contábeis sirvam como uma ferramenta gerencial, com confiabilidade e demonstrando realmente a situação organizacional. (PEGORARO et al. 2011).

REFERÊNCIAS

AMBROZINI, Marcelo Augusto. **O impacto do fim da correção monetária no resultado das companhias brasileiras de capital aberto e na distribuição de dividendos**: estudo empírico no período de 1996 a 2004. 2006. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. Acesso em: 05 mai. 2017.

BARTH, Vanessa Adriane. **A aplicação da contabilidade gerencial na agropecuária agroverde**. 2012. 112 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/680/TCC - Vanessa - Versão Final.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

BENADIBA, Moses. **Moeda constante**. Revista Ecco. Universidade Metodista de São Paulo. Ano I, n.1, 2º sem 2006. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8493141-Moeda-constante-moses-benadiba.html>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 05 mai. 2017.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **PO 29**: Divulgação Voluntária das DF's. 1996. Disponível em: <http://sistemas.cvm.gov.br/port/snc/Pareceres_new.asp#CORRECAO>. Acesso em: 05 mai. 2017.

EUROPEU, Banco Central. **O que é a inflação?**. 2016. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/hicp/html/index.pt.html>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

FIPE. **IPC** - Índice de Preços ao Consumidor. Disponível em: <<http://www.fipe.org.br/pt-br/indices/ipc/>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

FERNANDES, Leonardo Pitanga et al. **Correção monetária das demonstrações financeiras**: algumas consequências da não utilização de seus métodos de reconhecimento. *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 2, n. 15, p.23-40, ago. 2004. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/255>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

FGV. **IGP-DI**. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92B6B6420E96>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

FGV. **IGP-M**. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92B6B6420E96>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

GIRARDI, Edson Canal. **Inflação**. 2016. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/economia/inflacao/>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

GONÇALVES, Mario Jorge de Queiroz. **A correção monetária no brasil**. *Anais de Contabilidade*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.45-53, jun. 1996. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/issue/view/513/showToc>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

HOFFMANN, Edvaldo Paulo Tetzner. **Os efeitos proporcionados pelo não reconhecimento da correção monetária de balanço**: o caso da "UNICAF É". 2004. 133 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004. Disponível em: <http://www.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/7/edvaldo_mono_6.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2017.

IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 05 mai. 2017.

IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 05 mai. 2017.

MARTINS, Orleans Silva; DANTAS, Ricardo Ferreira; VASCONCELOS, Adriana Fernandes de. **O Custo Inflacionário na Análise das Demonstrações Contábeis**: Um Estudo de Caso no Período 2005 – 2006. *Inovação, Gestão e Produção*, Santa Maria, p.1-12, 01 abr. 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1583229>. Acesso em: 05 mai. 2017.

MUNHOZ, Dercio Garcia. **Inflação brasileira**: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. *Economia Contemporânea*, Brasília, v. 1, p.1-29, Não é um mês valido! 1997. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC_1/REC_1.1_03_Inflacao_brasileira_os_ensinamentos_desde_a_crise_dos_anos_30.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2017.

NUNES, Alexssander de Antonio; ALMEIDA, Marcos Machado de; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Uma análise crítica sobre a posição do Conselho Federal de Contabilidade acerca à norma CFC nº 900/01 que trata do princípio da atualização Monetária**. *Pensar Contábil*. Rio de Janeiro, p. 1-7. Não é um mês valido! 2004. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/2316>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

OLIVEIRA, Alan Teixeira de; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; CANAN, Ivan. **11 anos sem correção!**: uma análise dos efeitos da correção monetária não reconhecida nas demonstrações contábeis do serviço social da indústria - SESI de 1996 a 2006. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p.1-12, set./dez., 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/rcmccuerj/article/view/5558>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

OLIVEIRA, Alessandro Aristides de; SILVA, Andréia Regina da; ZUCCARI, Solange Maria de Paula. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios – Volume 1 – n° 1 - 2010* **A Análise das Demonstrações Contábeis e sua**

Importância para Evidenciar a Situação Econômica e Financeira das Organizações. 2010. Disponível em: <http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdfs/ricardo_alessandro.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2017.

PEGORARO, Daniela et al. **Correção monetária de balanços:** uma análise de seus efeitos no patrimônio e no resultado. In: XXXI encontro nacional de engenharia de produção, 31., 2011, Belo Horizonte. Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual: Desafios da Engenharia de Produção na Consolidação do Brasil no Cenário Econômico Mundial. Belo Horizonte: Enegep, 2011. p. 1 - 10. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011_TN_STP_137_872_17874.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A economia e a política do plano real.** Revista de Economia Política, v. 14, n. 4, p.1-21, 1994. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/56-10.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

PINTO, Anderson da Silva. **A relevância da correção monetária nas demonstrações contábeis das empresas do setor de mineração brasileiro.** 2012. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Mestrado em Ciências Contábeis, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – Fecap, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://tede.fecap.br:8080/jspui/bitstream/tede/510/1/Anderson_da_Silva_Pinto.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2017.

REZENDE, Amaury José; GUERREIRO, Reinaldo; DALMACIO, Flávia Zóboli. **Uma análise do processo de desinstitucionalização de práticas contábeis de correção monetária em empresas brasileiras.** Rev. contab. finanç., São Paulo, v. 23, n. 58, p. 33-51, abr. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772012000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 mai. 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Avançada.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 472 p.

SANT'ANNA, Paulo Roberto de et al. **Tecnologia da informação como ferramenta para a análise econômica e financeira em apoio à tomada de decisão para as micro e pequenas empresas.** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 1589-1611, Oct. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000500015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 mai. 2017.

SANTOS, Ariovaldo dos; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Correção Monetária:** por uma Periodização do Uso da Ferramenta, de 1944 a 1995. Rev. contab. finanç., São Paulo, v. 25, n. spe, p. 334-345, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772014000500334&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 mai. 2017.

SCHWARTSMAN, Alexandre. **O que é Inflação.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/inflacao-o-que-e/platb>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

SILVA, Marcia Zanievicz da. **Prática de Correção Monetária das Demonstrações Financeiras Para A Tomada de Decisão em Empresas Catarinenses.** In: 12º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. Anais do 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: USP, 2012. p. 1 - 17. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos122012/384.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Inflação brasileira:** lições e perspectivas. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 5, n. 4, p.15-30, Não é um mês valido! 1985. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/20-2.PDF>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues; BONIZIO, Roni Cleber; NAKAO, Silvio Hiroshi. **O impacto da não correção monetária na contabilidade gerencial.** In: Cruzando Fronteras: Tendencias De Contabilidad Directiva Para El Siglo XXI, 2001, León - Espanha. Tendencias de Contabilidad Directiva para el Siglo XXI. León - Espanha: 2001. p. 1 - 14. Disponível em: <<http://www.intercostos.org/documentos/Trabajo138.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2017.